

UM PORTUGAL DE RISCO

Publicado no “Jornal de Letras”, edição de 15 de Setembro de 2004

Em 1986, no mesmo ano do gigantesco acidente nuclear em Tchernobyl, o sociólogo alemão Ulrich Beck publicava o livro, que o tornaria numa referência incontornável: *Die Risikogesellschaft* (A Sociedade de Risco).

Doravante, a necessidade de avaliar a probabilidade do risco emergente das grandes e pequenas infraestruturas, típicas da sociedade tecnológica e industrial em que estamos mergulhados, não poderia ser ignorada. No caso português, o mortífero acidente da ponte de Entre-os-Rios (2001) é revelador da forma como o risco se encontra entretido nos mais prosaicos domínios da vida social. Nesta crónica, procuramos identificar alguns dos principais tipos de risco com incidências directas no estado e qualidade do ambiente

A situação geográfica, as características geológicas, as condições climáticas do País, bem como as actividades socioeconómicas, podem gerar catástrofes ou calamidades, susceptíveis de originar elevadas perdas de vidas e de bens e causar alterações catastróficas para o ambiente e o património cultural.

Portugal foi durante o século XX atingido por catástrofes naturais de aspecto muito diverso, desde as cheias aos incêndios florestais. No que respeita aos riscos naturais e ambientais a legislação portuguesa é manifestamente insuficiente, principalmente na componente preventiva. Por seu turno, o Tratado da CE só contém uma referência explícita ao *princípio de precaução*, no título consagrado à protecção do ambiente. No entanto, é fundamental ter sempre presente este princípio em matéria de gestão do risco.

Uma visão global dos principais riscos ambientais em Portugal, com causas naturais, antrópicas, ou combinadas, permite traçar o seguinte elenco:

- O **risco sísmico** em Portugal é uma ameaça latente, imprevisível no tempo, com repercussões potencialmente catastróficas na parte SW do território, particularmente em

Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve. Na faixa litoral algarvia e no litoral ocidental a sul de Peniche, acrescenta-se o perigo de maremoto.

- Os **incêndios florestais** constituem o maior risco das florestas portuguesas e deles têm resultado um número elevado de acidentes pessoais (mais de 50 mortos nas últimas décadas) e prejuízos económicos superiores de muitas centenas de milhões de euros/ano. As zonas mais susceptíveis aos incêndios localizam-se maioritariamente a norte do Rio Tejo, em terrenos declivosos e onde predominam resinosas associadas a elevadas densidades do coberto vegetal. O valor extraordinário de 430.000 ha ardidos no ano de 2003 ultrapassa em mais de quatro vezes o valor médio anual verificado nos últimos 10 anos.
- **As cheias e inundações** no território de Portugal continental verificam-se sobretudo nas planícies aluviais dos principais rios do país (ex: Tejo, Douro, Mondego, Sado e Guadiana), mas também em pequenas bacias hidrográficas sujeitas a cheias rápidas ou repentinas. Os danos potenciais decorrentes das cheias nos grandes rios não são demasiado elevados e as actividades humanas desenvolvidas nas áreas susceptíveis a inundação estão, salvo raras excepções, razoavelmente adaptadas à ocorrência de cheias. As cheias rápidas são potencialmente mais perigosas, principalmente quando ocorrem em áreas densamente urbanizadas.
- Os **fenómenos de erosão** no litoral português no último século são de gravidade significativa e têm fundamentalmente três causas: (i) a diminuição do afluxo de sedimentos, sobretudo a partir dos anos 1950, na sequência da construção de barragens; (ii) a ocupação desregrada da faixa litoral, com construção de habitações e infra-estruturas; (iii) a subida eustática do nível do mar em consequência da expansão térmica oceânica. Os troços de litoral submetidos a erosão marinha mais intensa no território continental correspondem às áreas de costa baixa arenosa. O programa FINISTERRA, Programa de Intervenção na Orla Costeira Continental, visa dar prioridade a intervenções para remoção de factores que atentem contra valores ambientais em risco (como os sistemas dunares e as zonas húmidas). Prevê-se a elaboração de *cartas de risco* de forma a promover actividades compatíveis com a utilização sustentável dos recursos na orla costeira.

- A **erosão hídrica do solo** que se caracteriza pela remoção do material superficial do solo, conduzindo à degradação dos seus potenciais agrícola e ecológico. O sul do país e, particularmente a bacia do Guadiana, sobressai claramente enquanto zona mais susceptível, devido principalmente à elevada erodibilidade dos solos e erosividade da precipitação.
- A **desertificação** é um processo complexo de degradação ambiental que, uma vez iniciado, é difícil de reverter. As suas manifestações incluem o aumento da salinização dos solos, o aumento do escoamento superficial e da erosão hídrica acelerada do solo, a redução da biodiversidade e a redução da produtividade agrícola, conduzindo ao empobrecimento das comunidades humanas dependentes destes ecossistemas. Mais de um terço de Portugal continental está em risco de desertificação (dos 35% de área territorial que corre riscos de desertificação, 28% já apresentam problemas graves). As áreas mais susceptíveis à desertificação situam-se no Alentejo, particularmente na bacia do Guadiana, no litoral algarvio, vale do Douro, em Trás-os-Montes e zona da raia na Beira Baixa.
- Os **acidentes industriais**, como ficou recentemente bem demonstrado pela explosão ocorrida na ligação entre o terminal de combustíveis de Matosinhos e a refinaria de Leça da Palmeira. A geografia do risco é muito diversificada, associada a diferentes tipos de actividade, da produção de energia à actividade transformadora. Podemos incluir nesta classe os acidentes no transporte marítimo de combustíveis, com incidências muito negativas e de longa duração sobre o litoral e ambiente marinho.

Viriato Soromenho-Marques